

**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ.**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2022.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3032/2022.**

**MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA DE PREÇO: MENOR PREÇO GLOBAL.**

**REF: CONTRARRAZÕES AO RECURSO  
ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA  
SECLUS CONSTRUTORA E PROJETOS LTDA.**

A empresa **CMAX EMPREENDIMENTOS, CONCRETO E CONSTRUÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 33.584.894/0001-63, com sede no Estado do Rio de Janeiro, Cidade de Itatiaia na Rua São Jorge S/N – CEP 27.580-000, onde recebe intimações, devidamente inscrita e habilitada na licitação supracitada, cujo resultado foi apresentado através de Ata da Sessão Pública em 05/10/2022, que aceitou e habilitou a empresa na licitação em epígrafe, vem apresentar, tempestivamente

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Outrora movido pela empresa **SILVA MUNIZ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-ME**, sociedade empresária inscrita no CNPJ sob o nº 25.180.206/0001-71, situada a Avenida Perimetral Mal. Deodoro, 392 – Sl.19 – Jardim 25 de Agosto – Duque de Caxias – RJ.

### **I – DA TEMPESTIVIDADE DA APRESENTAÇÃO DAS CONTRARRAZÕES**

Com fulcro nos artigos 109, § 3º e 110, ambos da Lei 8.666/93, faz, perante o SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, na conformidade das razões que seguem.

Requer a Vossa Senhoria, que sejam recebidas e aceitas as presentes **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, com os efeitos devolutivos e suspensivos, conforme preceitua o parágrafo 2º e 3º do artigo 109 da Lei 8.666/93 e encaminhada à autoridade superior, haja vista, sua tempestividade, pois a Recorrida foi intimada para apresentar suas contrarrrazões em **08/11/2022**, cuja contagem de prazo de 05 (cinco) dias úteis, se inicia a partir do dia útil seguinte, **09/11/2022**.

***CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA***  
***CNPJ: 33.584.894/0001-63***

Como o dia 15/11/2022 é feriado nacional, desta forma, o encerramento da contagem do prazo se dá em **16/11/2022**.

## **II - DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Alega a empresa **SILVA MUNIZ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA-ME**, que a Recorrida apresentou documentações em desalinho com o Edital, pontuando, os seguintes itens:

- (I) “não possui atestado de capacidade técnica atestada pelo CREA em nome da licitante”

E que, por consequência, a falta dessa documentação deveria representar a inabilitação da **CMAX**. Diante das alegações trazidas em sede de Recurso Administrativo, vem a **CMAX**, apresentar as Contrarrazões no que lhe cabe, buscando afastar a admissibilidade da aludida argumentação.

## **III - DOS FATOS E FUNDAMENTOS DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

### **(A) DA APRESENTAÇÃO REGULAR DE DOCUMENTAÇÃO EM SEDE DE HABILITAÇÃO (ITEM 4.1.1.1.10.2)**

A lei de regência dos Editais, Lei 8.666/93, relaciona, em seus artigos, os documentos que **podem** ser exigidos a título de qualificação técnica, dentre os quais está a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

No § 1º do art. 30 se define **o modo pelo qual a referida comprovação deve se materializar**:

*“Art. 30 [...]”*

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:*

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor*

*significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.”*

Note-se que a comprovação a que se refere o dispositivo supra não é sobre a experiência anterior da empresa, mas sim do profissional que será designado como responsável técnico. Daí ser chamada em sede de Edital de capacitação técnico-profissional. A norma é transparente ao falar em “comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior”.

Neste sentido, deve ser considerado que a **CMAX** apresentou devidamente a documentação necessária à habilitação pois apresentou:

1. Os atestados em nome do Sr. Marcos Nascimento, responsável técnico pela execução da obra objeto da licitação; bem como
2. O mesmo está no quadro de funcionários permanente da **CMAX** desde 20/09/2021, conforme já comprovado.

Tendo, para todos os fins, cumprido com a exigência do Edital, não havendo que se falar, portanto, na ausência da documentação.

Por outro lado, cumpre salientar que em outro momento legal já foi de fato exigida a comprovação de experiência anterior da empresa que se encontrava descrita no § 1º, inciso II do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, porém este diploma legal foi vetado em 1994 pela Presidência da República, pela Lei 8.883/94, passando a **vigorar somente a exigência quanto ao atestado de capacidade do profissional**.

A apresentação de atestado em nome da empresa implica apenas em **PRESUNÇÃO** de que a mesma terá igual desempenho positivo no contrato decorrente do torneio que se disputa, não sendo garantia de que anos após a execução da obra a que se refere o atestado, a empresa permaneça com a estrutura operacional que atuou no referido atestado inalterada e nem é garantia de que ela possa suportar o encargo operacional, logístico e financeiro advindos do futuro contrato, razão pela qual a exigência foi vetada pela Presidência da República.

Naturalmente, a capacitação técnico-profissional deve se referir às parcelas de maior relevância sob o ponto de vista intelectual, isto é, parte do objeto em que predomina a expertise do profissional sobre a capacidade logística da empresa.

**O acervo técnico do profissional o acompanha onde quer que ele vá.** Isto é, se o profissional atuou por 20 anos em uma empresa, acumulando considerável número de atestados, ao se desligar dessa empresa e ingressar em outra, todo o seu acervo técnico permanece intacto e passa a ser comprovação da capacidade da empresa na qual ele pertence naquele momento, capacitando a empresa a se habilitar em obras com características similares e parcelas de relevância, desde que o

mesmo comprove ter executado tais obras, **por meio de atestados averbados pelo CREA**, como foi o caso da presente licitação.

Observa-se que as parcelas de maior relevância constantes do não constituem serviços de extrema complexidade de forma que seja imprescindível a comprovação anterior da empresa, muito pelo contrário, são serviços comuns pertinentes a empresas do ramo de engenharia, como é o caso da **CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO**.

A inabilitação da **CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO** com esses argumentos significa admitir pagar um preço maior por uma mera formalidade sendo claro que a mesma é habilitada para execução dos serviços de mesma característica do objeto ora licitado.

#### **IV – DO FORMALISMO EXCESSIVO EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIOS**

A licitação pública destina-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, a garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração. Nesse sentido, é preciso evitar os formalismos excessivos e injustificados a fim de impedir a ocorrência de dano ao erário e valorizar a economicidade e vantajosidade da proposta.

O Tribunal de Contas da União – TCU posiciona-se veementemente contra o excesso de formalismo. As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.

Em acórdão, o TCU reiteradamente faz alertas a respeito da necessidade de ocorrer flexibilização nas regras de editais de licitação, já que é uma medida benéfica, sem a incidência de burla à lisura do certame.

Nesse sentido, por meio do Acórdão 357/2015-Plenário entendeu que:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

Com base na jurisprudência e em precedentes administrativos predominantes é descabida a inabilitação (documental) ou desclassificação (da proposta) de qualquer licitante por excesso de formalismo.

Apesar do princípio de vinculação ao edital, entende-se que falhas sanáveis não devem acarretar a desclassificação de propostas ou a inabilitação de licitantes. Porquanto, o pregoeiro, no interesse da Administração, deve relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta. Ademais, se for necessário, é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme o § 3º do Art. 43 da Lei Nº 8.666/93:

“§ 3º - É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a

inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Desta forma, para além da interposição de recurso administrativo, tem-se que a comissão da Administração Pública a qual pertencer o certame, pode e deve, a qualquer tempo, em exercício de seu interesse público auditar, questionar e complementar a documentação apresentada pelas concorrentes, coisa que não o fez ao aceitar a **CMAX** como habilitada na Ata de Sessão Pública.

Por mais de uma vez o TCU entende que quando o objeto principal da licitação está cumprido, a não apresentação de documentação complementar, como uma mera declaração, representaria o formalismo excessivo nos critérios de avaliação de inabilitação das empresas. Sendo assim, uma vez que toda a documentação referente a modalidade do certame foi devidamente apresentada pela **CMAX**, não haveria motivo para que fosse desqualificada.

Neste sentido, a Administração Pública possui amparo legal na flexibilização de exigências que não violem diretamente as exigências contidas no Edital. Vejamos o que diz o TCU nos Acórdãos 2302/2012 e 8482/2013 a respeito do prejuízo de rigorosidade em certames licitatórios:

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.”

“O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o

procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa.” (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Em análise da jurisprudência consolidada do TCU, entende-se que configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços.

Salienta-se também que, quando há situações nesse sentido, o TCU costuma orientar os gestores a interpretar o edital sob a perspectiva da proporcionalidade e da razoabilidade, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes.

Ou seja, ainda que a **CMAX** tivesse deixado de apresentar qualquer documentação conforme exigências do Edital, poderia a Administração Pública, conceder-lhe flexibilização no certame ao observar se tratava de documento essencial ao cumprimento do objeto da licitação ou atendimento à modalidade concorrida, situação que não houve tendo em vista a efetiva aceitação da habilitação e documentação apresentada.

#### **V - DOS PEDIDOS**

Sob esta ótica, conclui-se que as teses apresentadas em sede de Recurso Administrativo da empresa **SILVA MUNIZ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA-ME** não merecem prosperar vez que prejudicariam o certame ao ter a desqualificação da CMAX, ante a necessidade mínima da manutenção de licitantes possibilitando uma concorrência justa dentre as empresas que tiveram propostas apresentadas.

Diante ao exposto, tendo em vista que a contrarrazoante atendeu a todos os requisitos exigidos no **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3032/2022 - MODALIDADE: MENOR PREÇO GLOBAL**, ante aos fatos narrados e as razões de direito aduzidas na presente peça, **REQUER**

- 1) Que seja conhecida a presente CONTRARRAZÃO e declarada a total improcedência do Recurso Administrativo, através do indeferimento do pleito da empresa recorrente **SILVA MUNIZ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS MOBILIÁRIOS LTDA-ME**, por ausência de fundamentação legal ou jurídica que possa conduzir a reforma da decisão proferida pelo Presidente da Comissão de Licitação
- 2) Seja mantida a condição de habilitada da **CMAX**, conforme já decidido em Ata de Sessão Pública.
- 3) Em caso de prosperar outro entendimento por parte deste Digno Presidente da Comissão de Licitação, requer seja a presente CONTRARRAZÃO encaminhada à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei Federal nº 8666/93.

**CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA**  
**CNPJ: 33.584.894/0001-63**

4) Sejam providas, em todos os seus termos, a presente contrarrazão, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa.

5) Por fim, seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pelo provimento do Recurso, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2022.

---

**CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO**

**CNPJ: 33.584.894/0001-63**

**Marcos Araújo Nascimento**

**5917/D -CREA/GO**

**CMAX EMPREENDIMENTOS CONCRETO E CONSTRUÇÃO LTDA**

**CNPJ: 33.584.894/0001-63**

Rua São Jorge, S/N – Centro – CEP: 27580-000 – Itatiaia (RJ) – Tel.: (21) 6435.3741 / E-mail: cmax.licitacao@gmail.com